



**Pró-Reitoria Acadêmica
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
Mestrado em Direito**

**A GUERRA FISCAL PRATICADA PELOS ESTADOS
FEDERADOS E O PACTO FEDERATIVO NACIONAL**

Autor: Rogério Magalhães de Araújo Nascimento

**Orientador: Professor
Doutor Marcos Aurélio
Pereira Valadão**

Brasília - DF

2020

ROGÉRIO MAGALHÃES DE ARAÚJO NASCIMENTO

**A GUERRA FISCAL PRATICADA PELOS ESTADOS FEDERADOS E O PACTO
FEDERATIVO NACIONAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Direito.

Orientador: Professor Doutor Marcos Aurélio Pereira Valadão

Brasília – DF

2020

N244g Nascimento, Rogério Magalhães de Araújo.
A guerra fiscal praticada pelos estados federados e o pacto
federativo / Rogério Magalhães de Araújo Nascimento – 2020.
85 f.; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de
Brasília, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Marcos Aurélio Pereira Valadão.

1. Pacto Federativo. 2. Sistema Constitucional tributário. 3.
Autonomia dos entes federados. 4. Guerra fiscal. I. Valadão, Marcos
Aurélio Pereira, orient. II. Título.

CDU 343.1

JCB)



Universidade
Católica de Brasília

Dissertação de autoria de **Rogério Magalhães de Araújo Nascimento**, intitulada "**A CRISE FINANCEIRA NO CONTEXTO DA GUERRA FISCAL PRATICADA PELOS ESTADOS FEDERADOS.**" apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito da Universidade Católica de Brasília, em 28 de fevereiro de 2020, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:



Prof. Dr. Marcos Aurélio Pereira Valadão
Orientador



Prof. Dr. Maurício Dalri Timm do Valle
Examinador Interno



Prof. Dr. Antonio de Moura Borges
Examinador Externo

Brasília
2020

À minha esposa, a doce Mariana, pelos vários momentos em que me deu forças e me animou a prosseguir. Por seus olhos sempre verdes e vigilantes a observar se eu precisava de incentivo, cuidado e apoio. Sem você, Mariana, esta dissertação não existiria. A meu pai, Ildfonso (*in memoriam*), que sempre imbuiu em nós, seus filhos, a importância do estudo incessante. A você, minha recém-chegada filha, Helena, que renova cada dia em meu coração a alegria de viver e a vontade de buscar sempre avançar mais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Prof. Dr. Marcos Aurélio Pereira Valadão, meu orientador e meu primeiro professor na UCB, que ainda nos tempos de aluno especial em que aguardava a abertura do processo de seleção para entrada como aluno regular na faculdade, ministrou aulas que me fizeram querer, ainda mais, pesquisar e enveredar pelo desafio de fazer um mestrado. Agradeço ainda pela atenção e gentileza do professor Marcos durante todo o período de minha orientação, no qual nunca poupou tempo ou esforços para me orientar na pesquisa, tirar minhas dúvidas, revisar texto e, sobretudo, pela sua compreensão em alguns momentos difíceis que passei na parte pessoal no último semestre. Muito obrigado, professor!

Agradeço ao Professor Doutor Dilnei Lorenzi, que em suas aulas de epistemologia tanto se preocupou em nos ajudar para que nos preparássemos para o planejamento e confecção dos nossos trabalhos de qualificação e dissertação de mestrado.

Agradeço ao Prof. Dr. Maurício Dalri Timm do Valle, que, com muita descontração e leveza, nos levou a estudar e conhecer os grandes pensadores e criadores das principais teorias do direito, pessoa sempre muito alegre, positiva e sempre pronta a auxiliar a todos que buscam ajuda para estudar e se aprimorar.

Agradeço ao Prof. Dr. Cleucio Santos Nunes, pela sua forma educada, eficiente e muito serena de gerenciar os debates em sala, abrindo sempre espaço para a oitiva interessada na opinião de todos os alunos que quisessem se pronunciar, brindando-nos ainda com prestigiosos ensinamentos na seara tributária.

Agradeço ao Luiz Gustavo Pereira franco, cujos estudos e debates conjuntos sobre a guerra fiscal muito contribuíram para a minha evolução no tema.

RESUMO

NASCIMENTO, Rogério Magalhães de Araújo. **A guerra fiscal praticada pelos estados federados e o pacto federativo**. 2020. 85 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2020.

Muito se tem discutido no país sobre a suposta necessidade de acabar com a “guerra fiscal” entre Estados da federação. Nesse contexto e levando em consideração que a diminuição das desigualdades sociais é um dos objetivos da república federativa do Brasil, entende-se que a guerra fiscal não é totalmente prejudicial ao país, em razão da necessidade de os Estados federados, por meio da concessão de benefícios fiscais, buscarem atrair investimentos e, conseqüentemente, desenvolvimento para sua população, respeitando, sobretudo, suas vocações naturais em razão da sua localização, clima, riquezas naturais, dentre outros fatores, com o fim de diminuir as gigantescas diferenças econômicas e sociais entre os estados mais ricos e aqueles mais pobres do Brasil. O que se demonstra urgente para a federação é que a concessão de tais benefícios seja regulada pelo CONFAZ, não com exigência de unanimidade entre os Estados, mas por meio da aprovação de dois terços das unidades federadas e de um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do País, de forma similar à contida no Art. 2º da lei complementar 160/2017, respeitando assim a maioria qualificada dos estados e garantindo representatividade mínima das regiões da federação.

Palavras-chave: Pacto Federativo. Sistema Constitucional tributário. Autonomia dos entes federados. Guerra fiscal. Constitucionalização das regiões.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Rogério Magalhães de Araújo. **The fiscal war practiced by the federal states and the federal pact.** 2020. 85 f. Dissertation (Master's in Law) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2020.

Much has been discussed in Brazil on the supposed need to end the “fiscal wars” among the states of the federation. In this context, and considering that reducing social inequalities is one of the objectives of the Federative Republic of Brazil, we understand that fiscal war is not totally harmful to the country, due to the need for the federated states, through the concession of tax benefits, to seek to attract investment and thus development for its people, respecting, above all, their natural vocations because of its location, climate, natural resources, among other factors, in order to reduce the huge economic and social differences among the richest and poorest states of Brazil. What is urgent for our federation is that the granting of such benefits be regulated by CONFAZ, not requiring unanimity among States, but upon the approval of two thirds of the federated units and one third of the federated units of each of the five regions of the country, similar to that contained in Art. 2 of Complementary Law 160/2017, thus respecting most states and ensuring minimum representation of the regions of the federation.

Keywords: Federative Pact. Constitutional Tax System. Autonomy of federated entities. Fiscal war. Constitutionalization of regions.